



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DA 1ª AUDITORIA DE PORTO ALEGRE
(18 DE OUTUBRO DE 2022)

De acordo com o que prevê o artigo 14 parágrafo VI do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar do RS e artigo 5º do Provimento n.º 53/2022. A inspeção de correição foi realizada junto ao cartório da 1ª Auditoria de Justiça Militar-RS, pela equipe da Corregedoria-Geral da JME, sob a coordenação do Sr. Des. Paulo Mendes - Corregedor Geral da JME, nos termos do Ofício nº 237/2022/CGJM, remetido por intermédio do SEI nº 9.2022.0700.001437-3 de 17/10/2022.

Na fase de planejamento foram definidas a metodologia e os procedimentos que seriam adotados, bem como, selecionadas amostras dos dados disponíveis no sistema Eadmin da JME, referentes ao ano de 2022.

A metodologia adotada compreendeu consultas, análises e conferências de Relatórios das Atividades Jurisdicionais, Requisição de Pequeno Valor (RPV's), a existência de eventuais bens apreendidos, cumprimento de metas das Corregedorias-Gerais dos Estados, necessidades e/ou sugestões para a melhoria nas atividades administrativas/jurisdicionais na Auditoria, a quantidade de servidores do quadro do referido cartório e, ainda, dificuldades estruturais.

A realização da correição foi feita através de entrevista com o chefe do cartório, Oficial Escrevente, Lucas Pitrez Abarno, designado(a) para exercer a função de escrivão(ã), com o(a) qual verificamos os andamentos dos processos no sistema eproc e Eadmin, exames e conferências de dados, livros e documentos.

O resultado desta inspeção, com as evidências apuradas, vem detalhado neste relatório, que foi encaminhado ao Sr. Des. Corregedor-Geral Paulo Mendes, para conhecimento e adoção de medidas que julgar necessário.

1. REGISTRO DAS SENTENÇAS

Verificou-se que não existem mais processos físicos tramitando, o que ocasiona serem todas as sentenças da Auditoria publicadas exclusivamente no sistema eproc.

Ao final do ano todas as sentenças criminais e cíveis lavradas pelo Juiz Titular e pela Juíza Substituta são arquivadas em pastas compartilhadas da Auditoria, conforme ordem cronológica da data da sentença.

Com relação as metas processuais a Primeira Auditoria em Porto Alegre apresentou as seguintes situações conforme quadros abaixo.

PROCESSOS PRESCRITOS OU COM PREVISÃO DE PRESCRIÇÃO NA PRIMEIRA AUDITORIA

- Número do processo 10003209420179210001- Prescrito em 14/8/2021

Ações criminais em andamento (acima:500 dias) 2022

45 Ações criminais em andamento acima da meta de 500 dias

Fonte: eAdmin – Gestão Administrativa Eletrônica - Extração: 14/10/2022

Total de processos: 45

← Ações criminais em andamento (acima de 180 dias)

Dados Gerais

Processos

Critérios do relatório

Mostrar registros

Processo	Órgão	Receb. da denúncia
00702349720199210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	04/04/2019
00702756420199210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	18/04/2019
00703795620199210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	17/05/2019
00706515020199210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	15/07/2019
00709338820199210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito da 1a Auditoria de Porto Alegre	21/10/2019
00710629320199210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito da 1a Auditoria de Porto Alegre	29/11/2019
00700492520209210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	27/01/2020
00701661620209210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	10/03/2020
00703480220209210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	15/06/2020
00703792220209210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito da 1a Auditoria de Porto Alegre	01/07/2020
00704269320209210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	23/07/2020
00705888820209210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito da 1a Auditoria de Porto Alegre	28/09/2020
00706616020209210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	27/10/2020
00706641520209210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito da 1a Auditoria de Porto Alegre	29/10/2020
00707230320209210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito da 1a Auditoria de Porto Alegre	24/11/2020
00707248520209210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	24/11/2020
00707516820209210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito da 1a Auditoria de Porto Alegre	07/12/2020
00707586020209210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	09/12/2020
00707603020209210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	09/12/2020
00707837320209210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	18/12/2020
00700455120219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	28/01/2021
00700532820219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	29/01/2021
00700585020219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito da 1a Auditoria de Porto Alegre	03/02/2021

00700601720219210002 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	03/02/2021
00700870320219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	10/02/2021
00700861820219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito da 1a Auditoria de Porto Alegre	10/02/2021
00701009620219210002 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	17/02/2021
00701607220219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	17/03/2021
00701762620219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	23/03/2021
00701814820219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito da 1a Auditoria de Porto Alegre	24/03/2021
00702065820219210002 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	02/04/2021
00702282220219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	16/04/2021
00702290720219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	16/04/2021
00702317420219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	19/04/2021
00702464320219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito da 1a Auditoria de Porto Alegre	26/04/2021
00702472820219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	26/04/2021
00702810320219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito da 1a Auditoria de Porto Alegre	10/05/2021
00702958120219210002 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito da 1a Auditoria de Porto Alegre	17/05/2021
00702966920219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	19/05/2021
00703027620219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	21/05/2021
00703036120219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	21/05/2021
00703149020219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	26/05/2021
00703365120219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	02/06/2021
00703373620219210001 Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	Juiz de Direito Substituto da 1a Auditoria de Porto Alegre	02/06/2021

2. CONTROLE DA CARGA PROCESSUAL – ADVOGADOS, DEFENSORIA PÚBLICA e MINISTÉRIO PÚBLICO.

A 1ª Auditoria controla a carga dos processos aos Defensores Públicos, Advogados e Promotoria por intermédio de automatização localizadores de controle de prazos no sistema eproc. O controle está organizado, não apresentando falhas no controle, estando todos os campos preenchidos.

3. CONTROLE DAS CARTAS PRECATÓRIAS

O controle dos processos que aguardam o cumprimento de cartas precatórias é realizado de forma incidental, ou seja, dentro do processo, no qual o destaque é feito através da inserção do processo no localizador 'Aguarda Precatória' no eproc e criação de um lembrete anexado no processo. Segundo o chefe do cartório, um dos motivos que mais atrasa o andamento dos processos é a excessiva demora no retorno das cartas precatórias por parte de algumas comarcas, sendo este o principal motivo do atraso para julgamento do processo, fazendo com que ultrapasse a meta de 500 dias para julgamento após o recebimento da denúncia. Atualmente não há processos aguardando carta precatória.

O armazenamento dos processos, como são todos virtuais, é organizado pelos localizadores do sistema e localizadores próprios da unidade judiciária. Há automatização de um localizador que reúne processos que estão parados por mais de trinta dias, sendo este localizador verificado regularmente, de forma que nenhum processo fique parado indevidamente por mais de trinta dias.

4. PROCESSOS COM RÉU PRESO

O SEEU indica e quais processos são de réus presos.

Os PEC tramitam por intermédio do SEEU, sendo o controle verificado por meio de ferramentas do sistema, nas abas de "Pendências de incidentes", "intimações", "Análise de juntadas" e "Outros cumprimentos".

Atualmente há (3) três processos com réu preso na 1ª Auditoria. Não há preso preventivo de processo em andamento.

5. CONTROLE DA PRESCRIÇÃO

É realizado periodicamente com automatização de localizadores (por data) e alertas de lembretes em cada processo, tendo em vista a data de prescrição, com especial atenção àqueles que tem o prazo prescricional de dois anos. Para pesquisar processos com alerta de prescrição é utilizado o relatório geral com filtro no campo "Conteúdo do lembrete".

6. SORTEIO DOS JUÍZES MILITARES

São sorteados a partir de lista fornecida pelas Corporações, com prioridade para os oficiais de Porto Alegre e da grande Porto Alegre, a fim de evitar o deslocamento dos de municípios mais distantes.

7. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR – (RPV)

Desde o ano de 2019 até a data da inspeção já foram disponibilizadas na conta do TJM 15 Requisição de Pequeno Valor (RPV) citadas abaixo, para as quais foram geradas ordens de pagamento pelo operador do Sistema Contas a Pagar na Corregedoria Geral, disponibilizando para advogado beneficiado realizasse o saque, de acordo com a Res. TJM 242/2020.

Os referidos processos RPV são:

[0070069-42.2022.9.21.0002](#)
[0070120-18.2020.9.21.0004](#)
[0070198-21.2020.9.21.0001](#)
[0070202-58.2020.9.21.0001](#)
[0070251-62.2021.9.21.0002](#)
[0070382-08.2019.9.21.0002](#)
[0070756-90.2020.9.21.0001](#)
[0070766-37.2020.9.21.0001](#)
[0070767-22.2020.9.21.0001](#)
[0070896-61.2019.9.21.0001](#)
[0800002-95.2017.9.21.0001](#)
[0800009-87.2017.9.21.0001](#)
[0800013-27.2017.9.21.0001](#)
[0800013-90.2018.9.21.0001](#)
[0800018-49.2017.9.21.0001](#)

8. AMBIENTE DE TRABALHO

Em geral o ambiente de trabalho encontra-se em boas condições para o desempenho das atividades dos magistrados e servidores.

A Auditoria não apontou nenhuma necessidade.

9. RECURSOS MATERIAIS E DE PESSOAL

Os meios existentes é minimamente suficiente para suprir as necessidades para o adequado desenvolvimento dos trabalhos pelos integrantes da 1ª Auditoria.

A Auditoria não apontou nenhuma necessidade.

10. MATERIAL APREENDIDO

- Na Primeira Auditoria há uma listagem completa de bens apreendido, mostrando um controle muito adequado.

11. BOAS PRÁTICAS

Grupo de WhatsApp criado com o TJRS trouxe agilidade e possibilitou serem sanadas dificuldades sempre existentes quanto ao uso do sistema SEEU.

Os relatórios do eAdmin estão trazendo a possibilidade de uma gestão mais célere, sendo apontados alguns ajustes necessários pela Auditoria.

I) PRODUTIVIDADE

1) Estrutura de Trabalho:

- a) 1 Juiz Titular
- b) 1 Juíza Substituta

c) **acumula jurisdição (com ou sem ônus):** sim, no período de férias ou licenças.

d) servidores da Auditoria:

1) **em atividade:** 03 oficiais escreventes, 01 atendente judiciário, 01 militar 40% e 01 estagiários.

2) **cargo vago:** 01 escrivão (ocupado por Oficial Escrevente) 01 Oficial Ajudante (ocupado por Oficial Escrevente) e 01 Oficial de Justiça (substituído pelo Oficial de Justiça da 2ª Auditoria, acumulando a função)

CONCLUSÃO

Registra-se o bom ambiente de trabalho encontrado na 1ª Auditoria por este Corregedor.

Destaca-se a celeridade imprescindível nesta justiça especializada, uma vez que a sociedade, a administração militar e o próprio acusado, sobretudo na seara criminal estão a exigir uma resposta estatal rápida, a fim de não pairarem dúvidas sobre as condutas dos policiais militares.

Por outro lado, a 1ª Auditoria de Porto Alegre, em geral, demonstrou estar organizada e preparada administrativamente, o que reflete diretamente na boa qualidade e agilidade da prestação jurisdicional.

Uma servidora foi transferida para a 1ª Auditoria em 2021, melhorando o quadro de funcionários da Auditoria para atender as demandas da Auditoria.

Nesse diapasão, por derradeiro, cumprimento os magistrados e servidores da Auditoria pelo trabalho realizado e pelo ambiente harmonioso ali encontrado.

Porto Alegre, 18 de outubro de 2022.

Desembargador – PAULO ROBERTO MENDES RODRIGUES
Corregedor-Geral da JME



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Mendes Rodrigues, Corregedor-Geral**, em 24/05/2023, às 16:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://sei.tjms.jus.br/autenticidade>, informando o código verificador **0119010** e o código CRC **C7F8E4E3**.

Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjmrs.jus.br

Justiça Militar